

MONSTRUOSIDADES NAS MÍDIAS: A RECEPÇÃO DE FUTUROS/ AS PROFESSORES/AS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DAS DIVERSIDADES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADE NAS MÍDIAS DE ENTRETENIMENTO

MONSTRUOSITIES IN THE MEDIA: THE RECEPTION OF FUTURE TEACHERS ON THE REPRESENTATIONS OF GENDER AND SEXUALITY DIVERSITIES IN THE ENTERTAINMENT MEDIA

Márcio José Testolin 1
Alessandra Fernandes Feltes 2
André Luiz dos Santos Silva 3
Gustavo Roes Sanfelice 4

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar e discutir, com base nas noções de anormalidade e/ou monstruosidade, os posicionamentos de universitários dos cursos de licenciatura de uma universidade do Vale do Sinos/RS sobre as representações midiáticas relacionadas às diversidades de gênero e de sexualidade. É uma pesquisa qualitativa de tipo descritivo que utilizou as técnicas de grupo focal e entrevistas individuais semiestruturadas para a coleta de dados e a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016) para a análise desses dados. Durante o processo de coleta de dados, independente do posicionamento favorável ou contrário à presença de representações das diversidades de gênero e de sexualidade nas mídias de entretenimento, percebemos que os/as entrevistados/as atribuem, seja de modo consciente ou não, uma classificação que determina o lugar de certos sujeitos (que seguem padrões heteronormativos) como normais e de outros/as (minorias fora destes padrões) como anormais.

Palavras-chave: Anormalidade. Monstruosidade. Gênero. Diversidade. Representações Midiáticas.

Abstract: This article aims to analyze and discuss, based on notions of abnormality and/or monstrosity, the positions of university students in undergraduate courses at a university in Vale do Sinos/RS on media representations related to gender and sexuality. It is a qualitative descriptive research that used focus group techniques and semi-structured individual interviews for data collection and Content Analysis (BARDIN, 2016) for the analysis of these data. During the data collection process, regardless of the position favorable or contrary to the presence of representations of gender and sexuality diversities in the entertainment media, we noticed that the interviewees attribute, whether consciously or not, a classification that determines the place of certain subjects (who follow heteronormative patterns) as normal and others (minorities outside these patterns) as abnormal.

Keywords: Abnormality. Monstrosity. Gender. Diversity. Media Representations.

-
- 1 Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5025302624786266>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3713-3336>. E-mail: marciojostestolin@gmail.com
 - 2 Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2980866612468796>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1806-4956>. E-mail: alessandrafeltes@gmail.com
 - 3 Pós-doutor em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1108349688580038>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9838-2558>. E-mail: andrels@ufrgs.br
 - 4 Doutor em Ciências da Comunicação, Universidade Feevale. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6872949352496967>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0159-3584>. E-mail: sanfeliceg@hotmail.com

Introdução

É corriqueiro que, muitas vezes, as pessoas refiram-se a alguma característica ou prática de outro sujeito classificando-as, intencionalmente ou não, como normais ou não normais (anormais). Na maioria das vezes, as pessoas falam ou escutam isso sem sequer perceberem como tais atribuições de sentido interferem nas vidas dos/as demais e na sociedade como um todo. Neste texto, problematizaremos essa naturalização da ideia de anormalidade e monstrosidade atribuída às diversidades de gênero e de sexualidade, em nossa sociedade, ainda hoje no século XXI.

O conceito de gênero com o qual trabalhamos foi introduzido por feministas estrangeiras na década de 1970 e designa representações construídas culturalmente sobre o que se considera masculino ou feminino (DINIS, 2008). Essa construção dá-se ao longo da vida, através de um processo contínuo, que pode tanto ser explícito quanto dissimulado, mas que sempre utiliza regras e normas de condutas onipresentes, que atuam sobre os corpos das pessoas em geral para torná-las homens ou mulheres, não lhes permitindo espaço para transgressões dessas fronteiras. Logo, ao contrário do que o conhecimento do senso comum costuma afirmar, acreditamos, com base nessa concepção de gênero, que “nada há de puramente ‘natural’ e ‘dado’ em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura” (LOURO, 2008, p. 18).

A sexualidade, dentro dessa mesma perspectiva, é também considerada uma construção histórico-cultural e social que manifesta as diversas formas de se obter prazer relacionando-se sexualmente (DINIS, 2008). É entendida como plural e multifacetada, pois envolve aspectos biológicos, psicológicos, históricos, culturais, sociais e políticos que só adquirem sentido enquanto conjunto e em meio à socialização (ROHDEN, 2009). Diante dessa pluralidade, utiliza-se o termo orientação sexual para demonstrar a orientação do exercício da sexualidade de cada sujeito, de acordo com seus desejos afetivos, eróticos, etc. Portanto, o termo tem a finalidade de contemplar as múltiplas possibilidades de viver a sexualidade (GOELLNER; GUIMARÃES; MACEDO, 2011).

A partir disso, forja-se, então, a heteronormatividade, que pode ser compreendida como um regime de normas articulador dessas noções de sexo, gênero e sexualidade, definindo como “natural” e/ou “normal” uma suposta coerência entre sexo (biológico), gênero e orientação sexual. Nasceu homem, deverá seguir o seu desenvolvimento “normal” para “tornar-se homem” e manifestar interesse afetivo sexual por mulheres e vice-versa. Trata-se de um modelo binário e dicotômico, já naturalizado em nossa sociedade, capaz de fazer com que os indivíduos que nele não se reconheçam sejam percebidos como desviantes, doentes, perturbados, transtornados, pecadores, anormais, monstros, etc. (SEFFNER, 2014).

Esses processos incidem sobre os corpos e são capazes de produzirem diferenças e desigualdades, que podem ser analisadas como invenções políticas, culturais e sociais. Quando naturalizadas, indicam o que é um ser e/ou um corpo “monstruoso”, demarcando o que socialmente está definido como anormal, perigoso e proibido. Consequentemente, sabe-se o que é “normal” e, portanto, permitido (FURLANI, 2007).

Nos últimos anos, as pessoas de gêneros e/ou sexualidades não heteronormativas ganharam espaço de representação nas mídias, sobretudo de entretenimento, como novelas, filmes, séries, entre outras conquistas sociais e legais, como o direito à união estável entre pessoas do mesmo sexo e o uso do nome social em documento oficial para pessoas trans (OLIVEIRA, 2015). Tudo isso contribui para que o tema seja mais debatido na sociedade, além de encorajar as pessoas homo ou bissexuais a assumirem sua sexualidade publicamente e com orgulho.

Esse contexto incomoda, perturba parte da sociedade e motiva grupos conservadores a empregarem seus esforços na tentativa de uma retomada das identidades tradicionais, uma vez que esses novos e monstruosos sujeitos, conforme argumenta Natividade (2013), são marcados como diferenças indesejadas e monstruosas, pois ameaçam as fantasias cultivadas e ideologizadas por algumas pessoas que entendem que a humanidade inteira é, ou pelo menos deveria ser, heterossexual.

De modo geral, mesmo cientes de que no passado recente, conforme indica Caponi (2009), os desvios da heteronormatividade eram patologizados para que fossem estudados, tratados, controlados, “curados” ou mesmo prevenidos através de estratégias higiênicas e eugênicas, percebemos que, ainda hoje, em pleno século XXI, persiste, ainda enraizado em nossa cultura, o

entendimento de que as pessoas que se constituíram diferentes dos padrões heteronormativos são anormais. Podemos perceber isso em diversos fenômenos ocorridos recentemente no Brasil e que serão expostos a seguir. Esse entendimento dicotômico coloca os sujeitos não heterossexuais em uma posição de anormalidade e parece ter, na alegoria do monstro, uma possível explicação, assim como a compreensão para esse receio de um corpo tão estranho e “anormal”.

Recentemente, ocorreram intensas discussões e polêmicas sobre a presença dos conteúdos de gênero nos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação. Diante dessas discussões e polêmicas, segundo indicam Reis e Eggert (2017), grupos tradicionais e religiosos propuseram a exclusão do termo gênero com base naquilo que intitularam “ideologia de gênero”. Percebe-se, portanto, a consistência de uma cultura que, historicamente, educa para a produção e manutenção de uma hierarquia identitária que marginaliza grupos minoritários.

No entanto, conforme também apontam os autores, ao longo da história recente, as discussões sobre educação para os direitos humanos contribuíram com avanços para a inclusão de minorias como as diversidades de gênero e de sexualidade. Ainda assim, vivemos um momento em que, através de campanhas na internet, falsas notícias, entre outras formas de estimular a intolerância com as diversidades, ganhou força o discurso de grupos conservadores que atribui às identidades de gênero e às sexualidades não heteronormativas um status de anormalidade.

De modo geral, essas campanhas afirmam, de forma sensacionalista, que existem grupos de profissionais da educação cujo objetivo seria estimular todas as crianças a serem homossexuais. Pode-se dizer que esses grupos conservadores obtiveram sucesso no seu objetivo de estimular um pânico moral na população, disseminando a falsa ideia de que uma possível educação para o respeito às diversidades se tornaria uma ferramenta de estímulo à homo e/ou bissexualidade. As consequências foram pressões políticas contra a presença dos conteúdos de gênero e sexualidade nos Planos Educacionais e nas salas de aula. Esses movimentos também surtiram efeito nas comunidades, causando, como consequência, uma pressão dos/as responsáveis de alunos/as sobre as escolas, intimidando, assim, professores/as que pretendessem discutir essa temática (REIS; EGGERT, 2017).

Na sequência disto, como apontam Testolin, Nunes e Sanfelice (2019), a aderência da população brasileira aos discursos das campanhas políticas eleitorais demonstra, novamente, a indiferença da sociedade para com as minorias, uma vez que o atual governo federal, assim como parte considerável do Congresso Nacional, foram eleitos, tendo como uma de suas principais pautas eleitorais, o combate à suposta ideologia de gênero. As consequências foram cortes de verbas específicas que comprometem a produção de pesquisa, sobretudo aquelas voltadas às minorias sociais por exemplo.

O presidente também manifestou verbalmente interesse em utilizar a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) para estabelecer “filtros”, de acordo com suas palavras, o que entendemos aqui como possíveis censuras sobre as produções artísticas nacionais, porque conforme explica aquela clássica frase homotransfóbica: o que as pessoas fazem entre quatro paredes é problema delas, mas o que se faz com dinheiro público é problema de todos/as nós (se referindo a filmes que possuem cenas que remetem a diversas formas de sexualidade) (G1, 2019).

Courtine (2011) nos lembra de que a história do monstro não deve ser considerada apenas em seus dispositivos materiais, pelas marcas inscritas em seus corpos através de um regime de visibilidade ou de como eram representados, mas também pelas emoções que suas “deformidades” despertavam em seus espectadores. Ao longo do século XIX, emergem preocupações em estabelecer padrões “científicos” de normalidades e o tratamento ou a prevenção das anomalias.

Para explicar a biopolítica aplicada sobre os corpos, Caponi (2009) discute duas concepções de normalidade. A primeira, como tudo aquilo que está de acordo com a média estatística. E a segunda, como um conceito valorativo desejado por determinada sociedade. Logo, a anormalidade pode ser considerada como um desvio do padrão estatístico e/ou um comportamento ou fenômeno indesejado por sua sociedade. Cabe ressaltar que essa segunda concepção, ainda que por vezes seja relacionada com os estados de saúde/doença, não se opõe à doença, sofrimento ou à morte, mas somente à anormalidade e à monstruosidade. Trata-se de uma sociedade que classificou determinados corpos, comportamentos e fenômenos como anormais e monstruosos, passíveis de tratamentos e/ou controle (CAPONI, 2009).

Portanto, sendo o monstro e seu corpo o grande modelo de todo e qualquer desvio das normas e padrões, a sociedade tende a procurar a monstruosidade em cada pequeno desvio ou irregularidade dos sujeitos (COURTINE, 2011). Diante do exposto, temos como objetivo, neste artigo, analisar e discutir, com base nas noções de anormalidade e/ou monstruosidade, os posicionamentos de universitários dos cursos de licenciatura de uma universidade do Vale do Sinos/RS sobre as representações midiáticas relacionadas às diversidades de gênero e de sexualidade.

Metodologia

Apresentamos, a seguir, os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa qualitativa de tipo descritivo, que foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Feevale, sob o CAAE número: 04307618.2.0000.5348.

Os dados discutidos são frutos de uma pesquisa realizada com 21 mulheres e 17 homens, todos/as estudantes dos cursos de licenciatura de uma Universidade do Vale do Sinos/RS. Utilizamos as técnicas de grupo focal e entrevistas individuais semiestruturadas para a coleta de dados e a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016) para a análise desses dados. A seguir, descrevemos a metodologia mais detalhadamente.

Inicialmente, identificamos as disciplinas da universidade em questão que contassem com alunos/as de todos os cursos de licenciaturas matriculados/as e elegemos aquela com maior diversidade de estudantes de cada curso de licenciatura. O próximo passo foi agendarmos uma data com a professora da disciplina em questão para a realização de um grupo focal com aqueles/as que aceitassem voluntariamente participar da pesquisa. O grupo focal contou com 38 participantes que leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no apêndice A, declarando que concordaram em participar voluntariamente desta pesquisa. O grupo focal teve como base o roteiro de entrevista disponível no apêndice B, mas foi conduzido de forma a estimular a total liberdade dos participantes para sugerirem questões ou assuntos a serem discutidos, assim como o próprio pesquisador também se permitiu a mesma liberdade.

Todo o grupo focal foi gravado em arquivo de vídeo e áudio e, posteriormente, transcrito. Devido aos silêncios durante a prática, decidimos investir na tentativa de realizarmos entrevistas individuais (presencialmente) semiestruturadas, assim como um grupo focal *online*, através do aplicativo *Whatsapp*. No *online*, deixamos em aberto também o convite para que aquelas pessoas que não se sentissem à vontade para compartilhar suas opiniões no grupo, chamassem no *chat* privado. De modo geral, não obtivemos sucesso com o grupo focal *online*, uma vez que houve poucas mensagens dos/as participantes. Em relação à conversa no *chat* privado, uma aluna e um aluno enviaram mensagens para manifestar suas opiniões. Também através do aplicativo, todos/as participantes foram convidados para uma entrevista individual presencial, mas somente 7 pessoas aceitaram e apenas 6 compareceram à entrevista conforme combinado. Um aluno não compareceu nem respondeu às tentativas de contato (via *Whatsapp* e ligação telefônica). As entrevistas individuais também foram gravadas (em formato de áudio) e transcritas.

Além disso, também consideramos necessário fazer um diário de campo, sobretudo devido aos silêncios e às posturas dos/as participantes do grupo focal. Para isso, utilizamos não apenas os relatos das percepções do pesquisador, como também os arquivos das gravações de vídeo.

Para analisarmos os dados, utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo que, segundo Bardin (2016), auxilia a decifrar qualquer comunicação através de um olhar atento. Essa técnica indica três etapas a serem realizadas pelo pesquisador. A primeira delas é a descrição analítica: realizamos a leitura do texto, considerando sua totalidade, a fim de identificarmos a presença frequente ou a ausência de itens de sentido, o que nos permitiu estabelecermos uma análise categorial, isto é, identificarmos categorias sobre as quais faremos inferências.

A segunda etapa consiste em imergir nas categorias identificadas e realizar inferências de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens em questão, sempre recorrendo a indicadores, nesse caso não quantitativos. Como pesquisadores, temos a tarefa dupla de compreendermos as mensagens como se fôssemos o receptor comum, mas também de desviarmos nosso olhar para encontrarmos outro sentido que normalmente se encontra em segundo plano. São essas inferências que nos permitiram a passagem clara e controlada da primeira

fase (descrição) para a última (interpretação). A última fase, de interpretação, concentrou nossas preocupações nas condições de produção das mensagens analisadas, assim como em analisarmos aquilo que pode estar por trás das palavras de nossos/as entrevistados/as. Ressaltamos que não se trata de um estudo linguístico, pois não nos preocupamos em estudar a língua, mas sim em buscarmos outras realidades nas mensagens (falas) sobre as quais nos debruçamos para análise (BARDIN, 2016).

Aplicando a técnica ao caso prático desta pesquisa, na primeira leitura, identificamos que os/as entrevistados/as faziam referência às pessoas gays, lésbicas, transgênero, transexuais e às diversidades de gênero e de sexualidade de múltiplas formas, por vezes, com certo cuidado e preocupação, em outros momentos, com mais naturalidade e de modo despreocupado. Então, com base em uma primeira impressão, de que algumas pessoas entrevistadas não se sentiam à vontade com a temática da discussão - o que parecia transparecer não somente nas falas, como também nos gestos e expressões faciais durante os silêncios -, foi possível percebermos que, por mais que a maioria desse grupo se autodeclarasse favorável às representações das diversidades de gênero e de sexualidade nas mídias, esses sujeitos cujo gênero e/ou sexualidade fogem dos padrões heteronormativos são vistos por parte dos/as entrevistados/as como estranhos, anormais, capazes de causarem perturbação e incômodo.

A partir dessa percepção, estabelecemos, como conceitos analíticos, as noções de anormalidade e/ou monstruosidade buscadas, respectivamente, em Caponi (2009) e Courtine (2011). Eles nos nortearam para analisarmos as falas dos/as participantes, questionando sobre as formas como se referiram às diversidades de gênero e de sexualidade, refletindo a respeito de possíveis significados que transcendam a mensagem explícita e possam apontar para algo além, implícito, como por exemplo: De que forma enxergam (foram ensinados/as a enxergar) as diversidades?; Quais lugares sociais pensam (foram ensinados/as a pensar) que essas pessoas devem estar/ocupar?, entre outros questionamentos que podem ser refletidos e discutidos com base nas mensagens (falas) dos/as participantes.

Logo, a partir das diferentes expressões utilizadas pelos entrevistados e entrevistadas ao se referirem às diversidades de gênero e/ou de sexualidade, as principais inferências foram que, de modo geral, as pessoas de gênero e/ou sexualidade não heteronormativas são vistas (consideradas) como monstruosidades e que possuem a capacidade de perturbar, causar estranheza, mas que também cumprem a função de demonstrar as fronteiras que não devem ser transgredidas entre normalidade e anormalidade.

Para interpretarmos os possíveis significados alternativos dessas mensagens, buscamos, principalmente, as reflexões de Caponi (2009) e Courtine (2011) sobre os conceitos de anormalidade e/ou monstruosidade dos corpos e de suas práticas, as quais receberam contribuições de outros/as autores/as agregados/as à discussão posteriormente, como Cohen (2000), Furlani (2007), Goffman (1988) e Louro (2013).

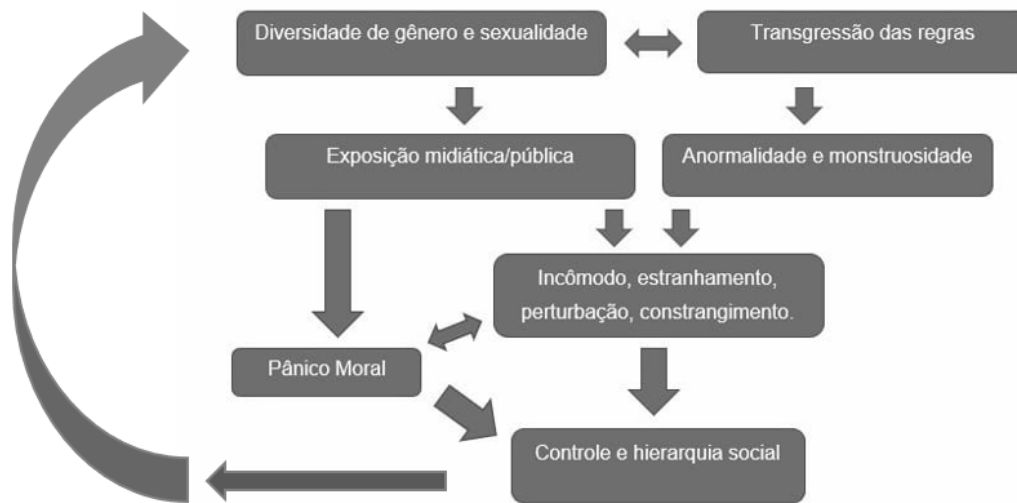
Resultados e discussão

Identificamos, em parte das falas dos/as participantes desta pesquisa, certa naturalidade em atribuir às diversidades de gênero e de sexualidade um status de anormalidade ou monstruosidade. Independente de isso ocorrer de modo intencional ou não, podemos afirmar que os sujeitos que transgridem as rígidas fronteiras da heteronormatividade sofrem com um processo de estigmatização, recebendo marcas da anormalidade, monstruosidade, tornando-se modelos do que não ser seguido.

Os dados também indicam a capacidade desses monstros em perturbar e constranger, ao ponto de estimular um suposto pânico moral. Da mesma forma, percebemos a “batida do olhar” como uma forma de exercer o controle social e a violência sobre esses sujeitos.

A partir dos dados coletados (entrevista de grupo focal, entrevistas individuais e diário de campo), estabelecemos um processo analítico elucidado na figura abaixo para melhor ilustrar a discussão deste artigo.

Figura 1. Processo analítico dos dados coletados.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Nosso entendimento é de que as diversidades de gênero e de sexualidade são transgressoras das normativas, das regras sociais que balizam as formas de ser homem e/ou mulher na sociedade e, devido a isso, são consideradas anormalidades, uma vez que são indesejadas e fogem do padrão majoritário (heteronormativo), tornando-se uma monstrosidade. Essas pessoas não heteronormativas normalmente já causam incômodo e estranhamento na sociedade, o que vem a ser potencializado com o recente aumento de suas representações nas mídias, causando aquilo que podemos classificar como pânico moral, cuja consequência é a ação de grupos tradicionais que tentam aumentar ainda mais as formas de controle social, o que reforça a hierarquia identitária aqui já existente e retroalimenta toda essa cadeia.

Durante a análise dos dados, percebemos que, talvez, as entrevistas individuais tenham deixado os/as entrevistados/as mais à vontade para se posicionarem com suas opiniões, contarem situações vividas no âmbito familiar, entre outras experiências. Contudo, mesmo no grupo focal, assim como nessas entrevistas individuais, se analisadas as mensagens e as expressões dos/as futuros/as professores/as com a sutileza necessária, é possível perceber a presença de discursos, hábitos, expressões, insinuações e práticas que reforçam a construção da posição de normalidade e de diferença para determinadas identidades. É preciso levar em consideração que todo discurso que busca legitimar certos sujeitos como normais, está, consequentemente, deslocando outros grupos para a posição de diferente (anormais) (LOURO, 2013).

Em uma entrevista individual, enquanto pesquisador e entrevistada comentavam sobre a temática abordada nas cenas utilizadas para este estudo de recepção, torna-se evidente o quanto a participante recusa-se a cogitar ou mesmo a permitir que um suposto filho venha a realizar qualquer transgressão às fronteiras de gênero. Ainda que tenha se posicionado favorável à presença das diversidades de gênero e de sexualidade nas mídias de entretenimento, a entrevistada demonstra o quanto é indesejada uma prática que foge à normalidade:

Entrevistada: *Que nem, ela falou que ela deixou o filho dela de seis anos colocar brinco. Eu não deixaria com essa idade.*

Pesquisador: *Por quê?*

Entrevistada: *Mais velho. Porque é uma criança.*

Pesquisador: *Mas não vai doer. Vai doer bem pouquinho.*

Entrevistada: *Mesmo assim. Com essa idade não, é muito pequeno.*

Pesquisador: *Tu botou brinco com qual idade?*

Entrevistada: *Mas não foi uma escolha minha, foi uma escolha dos meus pais.*

Pesquisador: *Mas tu vê problema nessa escolha? Se tu tiver uma menina, tu vai deixar ela botar brinco antes dos 18?*

Entrevistada: *É que a gente gosta de enfeitar (risos).*

Pesquisador: *Não estou dizendo que seja errado. Eu só estou dizendo que está na nossa lógica. Então vamos supor, se tu tivesse um casal, nasceu gêmeos, aí um menino e uma menina.*

Entrevistada: *A menina ia botar desde bebezinha, e o menino depois dos dez, onze anos podia botar.*

Pesquisador: *Tu não ia deixar? Ele ia ficar se mordendo até lá?*

Entrevistada: *la ficar se mordendo até lá. A mesma coisa, eu sempre queria botar um piercing, ou aqui, ou furar aqui um pouquinho mais acima, ou no nariz, meu pai nunca deixou.*

Pesquisador: *Mas por que teu filhinho não ia poder colocar?*

Entrevistada: *O meu filhinho não (ENTREVISTA INDIVIDUAL 3).*

Por mais que se espere de futuros professores e professoras uma postura mais aberta e solidária em relação às diversidades de gênero e de sexualidade, é comum que mesmo eles/as, futuros/as educadores/as, preocupem-se com um desenvolvimento da criança que, supostamente, seria o normal para o seu sexo. A mesma participante supracitada, no grupo focal, relatou também uma situação ocorrida na escola em que trabalha, onde fica clara a expectativa e a preocupação que, a partir do sexo, se atribui a uma criança em relação aos seus gostos e comportamentos.

Não, é que eu tenho um aluno de 4 anos que ele ama rosa. Aí, tipo, tem professores que falam que, só porque ele ama rosa, ele é “veado”, entendeu? Tipo, quando a gente diz: Vai lá, agora, só os meninos. Ele fica sentado (risos). Só que tipo, isso não quer dizer que ele seja, tipo (ENTREVISTADA 7, GRUPO FOCAL).

As fronteiras de normalidade em relação às diferenças que se dão por gênero e/ou de sexualidade são demarcadas desde antes mesmo do nascimento dos bebês, uma vez que, a partir do momento da descoberta do sexo, já se criam expectativas que, no cotidiano, traduzem-se em processos pedagógicas de gênero e sexualidade, que aplicam marcas sobre os corpos, definindo sua identidade e seu lugar na sociedade. O processo continua ao longo de toda a vida, havendo sempre ensinamentos e marcações explícitas ou implícitas, demonstrando as fronteiras demarcadas para o homem ou para a mulher (LOURO, 2013). Praticar um ato que transgrida essas fronteiras significa um comportamento socialmente indesejado, o que pode deslocar o sujeito para a posição de anormalidade, conforme explica Caponi (2009), tornando-o o monstro capaz de chocar aqueles/as que o veem (COURTINE, 2011).

Através de algumas falas encontradas nesta pesquisa, podemos perceber o quanto as pessoas que transgridem as normativas de gênero e de sexualidade (com seus corpos e comportamentos “anormais”) chocam a sociedade e, ao mesmo tempo, são vítimas de padrões normativos impostos por ela. Em uma das entrevistas individuais, uma participante, que optou por ficar em silêncio durante o grupo focal, para evitar possíveis discussões, quando questionada sobre sua opinião em relação ao recente aumento das representações das diversidades de gênero e/ou de sexualidade nas mídias, respondeu, nas entrelinhas, o quanto essas identidades dissidentes dos padrões

heteronormativos possuem a capacidade de chocar e incomodar por suas estranhezas. Mesmo se declarando como não preconceituosa em relação às diversidades de gênero e de sexualidade, ressaltou que considera desnecessária essa exposição porque não é necessário “forçar” as pessoas a aceitarem tais diferenças.

As palavras da própria entrevistada esclarecem melhor sua opinião. O trecho a seguir evidencia um momento em que o pesquisador pergunta a opinião da participante sobre artistas presentes nas mídias de entretenimento e a resposta refere-se ao cantor Pablo Vittar¹:

Pesquisador: *Isso que eu quero perguntar. Porquê da música é questão de musicalidade, tu pode gostar ou não.*

Entrevistada: ***Eu não gosto da pessoa dele.*** *Eu acho que ele também força a barra, para ser vulgar.*

Pesquisador: *Que é da exposição?*

Entrevistada: *É da exposição. A Anita também se expõe muito, **mas ela é mulher**, então assim, mas nem por isso, mas eu acho que ele se expõe muito, tanto o corpo quanto as coisas que ele fala, e, não vou lembrar agora, mas eu acho que ele tenta que todos aceitem ele, e **se tu não me aceitar, aí sim eu vou tirar a roupa, eu vou dizer que eu sou mulher** (ENTREVISTA INDIVIDUAL 2) (Grifos nossos).*

Podemos perceber o quanto as fronteiras de gênero são bem definidas e, por consequência, bem estabelecidas as práticas permitidas para cada sujeito. A entrevistada demonstra se incomodar com o que classifica como vulgaridade sobre o comportamento do artista Pablo Vittar, ao mesmo tempo em que o compara com a também cantora Anitta². Contudo, deixa claro que tal comportamento pode ser aceito porque “ela é mulher”, sendo esse um fato que aparentemente funciona como justificativa para isso.

Compreendemos o gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder, pois colocar em xeque os determinismos biológicos e/ou divino significa questionar todo o sistema que exerce poder e estabelece os lugares e as hierarquias ocupados por homens e mulheres na sociedade. A proteção desse poder fora construída e sustenta-se com base em discursos que estabelecem determinadas referências como certas e fixas, sendo essas parte do natural ou do divino, o que estaria fora do alcance e da imprecisão da construção humana.

Sendo assim, ao se questionar esse determinismo biológico ou divino, ameaça-se deslegitimar o sistema inteiro, uma vez que permitirá concebermos gênero como uma categoria construída socialmente, ao mesmo tempo vazia (no sentido de não possuir um significado imutável ou transcendente que independa do contexto, portanto, passível de ser socialmente construído/modificado) e transbordante (porque mesmo que pareça fixada, contém uma série de definições alternativas, negadas ou suprimidas) (SCOTT, 1995).

Dessa forma, devido ao cantor Pablo Vittar ser biologicamente um homem, mas não corresponder às expectativas de masculinidade que se espera de um homem, torna-se, então, um sujeito transgressor das normas de gênero, um monstro, que não se encaixa em nenhuma das estruturas predefinidas. Assim como outros monstros, a monstruosidade do artista em questão possui capacidade de confundir e incomodar, justamente porque transgride as regras que deveria seguir (não se construiu dentro das normas de gênero masculinas) e recusa-se a ser simplesmente o oposto, o que é característico dos monstros, que não se encaixam nas ordens classificatórias e representam uma ameaça, um perigo, com seus corpos híbridos, resistentes às tentativas de inclusão em qualquer estruturação, sendo uma forma suspensa que ameaça explodir qualquer distinção (COHEN, 2000).

Em outra ocasião, no grupo focal, enquanto uma participante contava sobre situações em

1 Famoso cantor, compositor e drag queen brasileiro.

2 Famosa cantora brasileira.

que, junto com seu marido, avistaram casais gays e/ou lésbicos em locais públicos, também foi possível percebermos pelo menos duas formas diferentes de choque com o fato. A primeira delas está no posicionamento do marido da participante, que classifica o casal homossexual como um absurdo, e a segunda na forma como ela se refere às diversidades, não encontrando palavras para nomeá-las, evidenciando a capacidade desses grupos de constrangê-la, confundi-la ou chocá-la:

Entrevistada: Quando a gente sempre sai no centro, assim, meu marido às vezes vê um casal (?) aí sempre comenta, mas olha aquilo ali, que absurdo, não sei o quê. Daí eu digo, ah, cara, deixa de ser antigo, deixa todo mundo ser feliz do jeito que é. Acho que cada pessoa tem que ser feliz da maneira que ela acha que deve ser. Se eu sou mais feliz namorando com uma menina, eu vou ser, entendeu? Eu acho que a sociedade tá, tem muito preconceito, não consegue aceitar muito (?) e tem bastante (?) por aí, né? E ele se incomoda bastante, daí se irrita mais comigo porque eu digo: deixa os outros viverem suas vidas, né? (risos). Ele diz que é um absurdo isso (?) (risos) (ENTREVISTADA 7, GRUPO FOCAL) (Grifos nossos).

A incógnita, que aparece entre parênteses, representa o momento no qual a entrevistada não soube o que dizer ou como se referir àquela pessoa diferente a tudo aquilo o que ela considera “normal”. Esses efeitos de desestabilização tornaram-se perceptíveis quando os(as) sujeitos sentiram-se constrangidos em uma possível menção à homossexualidade, mesmo em uma conversa que a tenha como assunto. Percebemos silêncios semelhantes nas falas de outras pessoas participantes do grupo focal:

Daí eu já fui lá assistir a aula dele de dança e ele se sentiu e, só ele de menino, bendito o fruto no meio de meninas. Mas ele tá lá bem firme e forte, ele disse que isso não é coisa de (?), que não é por isso que ele vai deixar de ser menino. E eu disse: Isso aí, filho! Mantém firme (ENTREVISTADA 8, GRUPO FOCAL) (Grifos nossos).

Eu acho que, tipo, quando é criança, confunde, pode confundir a cabeça deles, porque assim, ó, às vezes por a sociedade dizer assim: ã, o menino, eu gosto de cabelo, eu acho uma viagem, não é necessariamente que ele vai ser ã (?), vai gostar de homem por causa disso (ENTREVISTADA 5, GRUPO FOCAL) (Grifos nossos).

Segundo relata Weinberg (1972) na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, por centenas de anos, a homossexualidade foi considerada um crime impronunciável. Quando os “criminosos” eram levados aos tribunais para serem julgados, seus crimes eram aludidos em latim ou pronunciados implicitamente por uma linguagem tortuosa. Assim, sabia-se por qual prática tornaram-se réus e, ao mesmo tempo, ela permanecia velada. Os juízes, então, definiam duras penas a serem pagas, com anos de prisão, por crimes tão desprezíveis que não poderiam sequer ser nomeados. Devido a isso, a homossexualidade, por vezes, foi chamada de “o crime sem nome”.

Foi na Idade Média que a homossexualidade, através do Cristianismo, recebeu o estigma de inominável. A religião, que regia aquela sociedade e também está na base de nossa sociedade brasileira, entendia o sexo como legítimo apenas se realizado com o intuito de procriar. Isso fez com que fossem lançados estigmas sobre diversos grupos minoritários, como homossexuais e prostitutas, uma vez que suas práticas, em especial as sexuais, eram tidas como pecados inaceitáveis. A homossexualidade, em específico, era julgada como um pecado nefando, cujo significado é de pecado impronunciável (SOUZA; CABRAL, 2010).

Nesse sentido, o monstro não é apenas um ser que desrespeita as regras, que transgredir as

fronteiras da normalidade, mas um modelo que também cumpre a função social de mostrar aquilo que não é aceito, o que é considerado anormal, perigoso, proibido e, conseqüentemente, dentro do modelo de pensamento dicotômico de nossa sociedade, também demonstra aquilo que é normal, aceito, desejado e sadio (FURLANI, 2007). Constatamos, assim, a manifestação de um estigma que cala, de uma marca que silencia e, sobretudo, de uma cultura que, pela manutenção de suas normativas, utiliza os sujeitos que se constituem diferentes como modelos de monstruosidades que demarcam e ensinam os padrões desejados e os limites aceitáveis.

Sabemos que a recepção das mídias não é a mesma para todos/as, independente de cultura, ambiente, entre tantos outros fatores. Assistir a um filme, série ou novela nos provoca interpretações e reações em relação às cenas, mas a presença de outras pessoas, assim como o tipo de relação com elas, pode interferir em tais reflexões e sensações, conforme explica a mediação da socialidade (MARTÍN-BARBERO, 2001). Na fala exposta a seguir, podemos perceber que a entrevistada afirma que um dos “problemas” de se representar diversidades de gênero e de sexualidade na televisão está no constrangimento que as cenas podem causar quando assistidas em família.

Entrevistada: *Realmente eu não consigo achar motivo. De repente, assim, se fosse TV aberta, e só eu fosse olhar, talvez tudo bem. Não, acho que seria problema. Mas se eu parar para pensar nos outros, tipo é complicado.*

Pesquisador: *E que nem, tu diz que vocês assistiram tipo, que nem na tua família, está sentada na sala assistindo.*

Entrevistada: *É, e é uma coisa que dava para assistir em família. Eu não me sinto muito à vontade, tipo, minha mãe e meu pai sentados na sala, assistindo, e começam umas cenas mais, não me sinto muito à vontade, não gosto.*

Pesquisador: *Se fosse de casal gay ia ser pior?*

Entrevistada: *Eu acho que ia ser pior. Mas é uma questão minha. Mas isso qualquer cena, sendo hétero ou sendo homo. Quando parte mais para, que nem aquela da Elite, mesmo se fosse com homem com mulher, para mim, assistir.*

Pesquisador: *Mas tem diferença de casal homossexual?*

Entrevistada: *Tem. Ia ser pior. Talvez não por eu me sentir, mas aí pelo que a família pensaria.*

Pesquisador: *O clima que ia ficar?*

Entrevistada: *É, tipo isso (ENTREVISTA INDIVIDUAL 2).*

O fato de tratar-se de futuros/as professores/as nos leva a pensar que a profissão para qual estão estudando exigirá reflexão crítica sobre os temas do cotidiano, uma vez que uma carreira docente de qualidade terá como requisito desses sujeitos a produção de conhecimento, a capacidade de questionar as cenas do dia-dia, os padrões preestabelecidos, de como ser e agir, para que consigam levar as situações de fora da escola para serem discutidas nas salas de aula, relacionando conteúdo pedagógico com a realidade de seus futuros/as alunos/as (SEFFNER, 2013).

Contudo, o que percebemos aqui é que esse será um movimento difícil, tendo em vista que esses/as futuros/as docentes também foram submetidos a uma educação heterossexista em suas famílias e escolarização, evidenciando constrangimento ao discutirem sobre sexualidade ou, ainda mais, em relação às diversidades de gênero e de sexualidade (OHLWEILER; BORGES, 2011).

A sexualidade, por si só, já possui a capacidade de causar constrangimento, contudo, o que queremos destacar aqui é que essa sensação é potencializada pela presença de monstruosidades. Afinal, para que uma cena heterossexual cause constrangimento é necessário que realmente possua um conteúdo que remeta diretamente ao sexo, enquanto que uma cena homo ou bissexual

(inclusive relações com mais de duas pessoas) precisa apenas de um beijo ou de alusões à sexualidade para constranger.

Portanto, acreditamos que esse constrangimento referido pela entrevistada não tem sua principal motivação na sexualidade, mas na monstruosidade. Nesse sentido, podemos pensar que, quando avistado em público, seja nas ruas ou nas mídias (sobretudo abertas), os monstros não apenas cumprem as funções supracitadas anteriormente, como também causam uma espécie de choque, que podemos caracterizar como pânico moral (MISKOLCI, 2007).

Escolhemos esse termo porque, conforme argumenta Miskolci (2007), não se trata de um choque, pavor ou medo como qualquer outro, mas de um temor coletivo de que os valores morais da sociedade estejam ameaçados, assim como as posições e interesses de sujeitos e de grupos privilegiados. Nesse sentido, trata-se de um temor coletivo, cujas reações não são baseadas em julgamentos lógicos racionais sobre as consequências coletivas desses estilos de vidas distintos dos padrões.

Portanto, um dos problemas que pode haver em relação a tal sentimento é o fato de que, diante do sentimento de ameaça, parte considerável da sociedade pode concordar que algo deve ser feito para controlar aqueles/as que ameaçam suas estruturas tradicionais, assim como os seus comportamentos. Algo pode ser tanto novas legislações, como o fortalecimento de aparatos de controle social, o que permite pensar diversas possibilidades, como a limitação da presença e da expressão das diversidades em ambientes públicos, assim como nas mídias abertas.

Esse tipo de controle social pode se dar de formas mais ou menos severas, o que nos exige atenção, principalmente para identificarmos as formas mais sutis. Criado por Michel Foucault, o conceito de biopolítica basicamente indica a ação dos novos saberes a serviço de um novo poder, que se destina ao controle da própria espécie (DANNER, 2017). Ainda, de acordo com o autor, as principais preocupações dessa forma de poder são a promoção e regulação da vida, o que tem como consequência a instauração de normas que atuam sobre os corpos e a vida dos sujeitos.

Nesse sentido, a biopolítica pode ser aplicada sobre aqueles/as considerados/as anormais, tanto na esfera médica quanto social. Na esfera médica, podemos utilizar como exemplos as estratégias higiênicas e eugênicas dos séculos XIX e XX, que transformaram o corpo, a saúde, a reprodução, entre outras necessidades, antes pertencentes à esfera pré-política, em questões da esfera política por excelência (CAPONI, 2009).

Na esfera social podemos perceber os aparatos de controle em suas formas mais sutis, incluindo aqui as representações nas mais diversas mídias, como televisão, sites, cinema, publicidades de modo geral, assim como instituições escolares, religiosas, entre outras, todas instaurando normativas que nos indicam como devemos ser e viver (LOURO, 2008). Normalmente, essas formas de controle tem como objetivo evitar o desvio da normalidade, mas a sociedade também tende a buscar a correção daqueles sujeitos que já quebraram as regras (GOFFMAN, 1988). No grupo focal desta pesquisa, identificamos a fala de uma das entrevistadas que demonstra ter sofrido com os olhares de repúdio e correção das pessoas a sua volta:

Entrevistada 6: Eu acho que até no nosso eu psicológico tem disso, porque geralmente se eu não faço uma coisa de mulher, eu mesma me culpo, sabe? Porque eu acredito que eu, que a sociedade não vai me ver de uma forma e que eu não estar dentro daquela parte da sociedade me faz eu me sentir excluída, sabe? E isso é muito ruim. Por exemplo, eu quero, eu quero, sei lá, cortar meu cabelo curto.

Pesquisador: E tu cortou.

Entrevistada 6: É, mas várias pessoas já me tiram pra sapata, sabe? Uma coisa, tipo, tu curte mulher porque tu se veste como homem, sabe? Tem muito dessas coisas assim (ENTREVISTADA 6, GRUPO FOCAL).

Como são processos que nos antecedem e persistem por toda nossa vida, possuem tamanha

força que é comum que, de alguma forma, aqueles/as que não correspondem a tais normas sociais estabelecidas como ideais, ainda que em determinados momentos, possam pensar em defender suas diferenças, vistas externamente como “defeitos”. Tendem, assim, a se sentirem indignos/as e inferiorizados/as, pois são padrões naturalizados com tamanha força que despertam o desejo de se estar de acordo com as normas que são quase inquestionáveis porque isso significa sentir-se normal, aceito/a e, conseqüentemente, não passar por tanto sofrimento.

Portanto, ainda que nossa sociedade não tenha firmado os seus valores e suas regras em documentos legislativos ou qualquer outra forma de escrita fixa a ser obedecida, projeta considerações e atribui valores hierárquicos aos indivíduos nas mais diversas situações do cotidiano, forjando aquilo que deve ser visto e recebido como normal, aceitável e aquilo que deve ser visto e recebido como anormal, espantoso, chocante. Dessa forma, aqueles/as que desviam dessas normas são explícita ou implicitamente banidos de determinados ambientes sociais e instituições, pois seus comportamentos, ou suas identidades, não atendem às exigências para aceitação. Sendo assim, tendem a sofrer com um processo de “correção dos seus defeitos” ou se manterem rejeitados e segregados desses ambientes e instituições. Isso ocorre, sobretudo, quando o “defeito” é visível, pois esses sujeitos estigmatizados sofrem uma humilhação especial por demonstrarem abertamente seus “problemas”, suas anormalidades e suas situações “vergonhosas” (GOFFMAN, 1988).

Conforme aponta Courtine (2011), uma das conseqüências da presença do monstro está em sua capacidade de perturbar, de provocar aquilo que o autor chama de batida do olhar. Isto é, choca as pessoas que se deparam com suas anormalidades. Por outro lado, receber reiteradamente esses olhares curiosos e, nesse caso também corretivos, que manifestam o choque, ou o repúdio diante de uma “aberração”, consiste em uma violência cotidiana para essas pessoas.

Seja através da violência psicológica provocada pela batida do olhar, seja pela impossibilidade de manifestar seus sentimentos afetivos ou mesmo de se expressar conforme suas identidades de gênero, as pessoas transgressoras da heteronormatividade são, de modo geral, condenadas a punições severas, que lhes interdita e lhes sufocam. Muitas dessas pessoas vivem como se estivessem – ou de fato estão – presas, porque precisam evitar as simples saídas à rua, uma vez que há grande probabilidade de sofrerem diversas violências ou supostas “correções” para suas “anormalidades” corporais e/ou comportamentais. Legalmente, muitas dessas e de outras punições sofridas por essas pessoas não são permitidas, mas, na prática, ocorrem e, em casos extremos, ultrapassam, inclusive, os limites da integridade física, vitimando-as à depressão, a doenças psicológicas em geral, a lesões corporais e até mesmo à morte (SILVA, 2008).

Conclusão

Durante o processo de coleta de dados, tanto na entrevista em grupo quanto naquelas individuais, independente do posicionamento favorável ou contrário à presença de representações das diversidades de gênero e de sexualidade nas mídias de entretenimento, percebemos que os/as entrevistados/as atribuem, seja de modo consciente ou não, uma classificação que determina o lugar de certos sujeitos (que seguem padrões heteronormativos) como normais e de outros/as (minorias fora destes padrões) como anormais. Através deste recente aumento da visibilidade dos gêneros e das sexualidades não heteronormativas, notamos que esses sujeitos que fogem da “normalidade” provocam situações de incômodo, perturbação e constrangimento, sobretudo quando a recepção se dá em ambientes coletivos (sala de aula, família etc.), onde atua a mediação da socialidade (MARTÍN-BARBERO, 2001).

Não há como sabermos se as pessoas atribuem tais classificações dentro dessa dicotomia de normalidade/anormalidade de modo mal-intencionado ou não. Contudo, o que nos importa é que o fato de realizarem tais rotulações nos demonstra o quanto isso está naturalizado na cultura de nossa sociedade que, historicamente, preocupou-se em estabelecer sobre os corpos e as práticas corporais fronteiras de normalidade (padrões desejados) que determinam privilégios (LOURO, 2013).

Nesse sentido, podemos compreender por que a ideia de dar visibilidade e dignidade a esses sujeitos, até então marginalizados, pode preocupar e/ou incomodar parte dos/as entrevistados/

as que consideram importante haver “certos cuidados” ao representar as diversidades, sobretudo em mídias de entretenimento que sejam abertas a toda população (como televisão aberta). Afinal, possíveis representações dignas dessas pessoas que não se encaixam nos padrões heteronormativos, se ocorrerem frequentemente, com o tempo podem colaborar para um processo de transformação da valoração socialmente atribuída a elas, sendo possível que até mesmo deixem de carregar as marcas da anormalidade ou monstruosidade (FURLANI, 2007).

A preocupação dessas pessoas não se limita a evitar que a homo ou bissexualidade seja incentivada; preocupam-se com a possibilidade de que sejam atribuídas dignidade e valoração positiva, o que acarretaria em um *status* de normalidade, de legitimidade para existir e, por consequência, extinguiria ou enfraqueceria a hierarquia social de privilégios existente até então. Parecem ter um pensamento que considera haver a necessidade dessa hierarquia social das identidades de gênero e de sexualidade, manifestando, ainda que na maioria das vezes implicitamente, dificuldade e/ou descrença em uma possível sociedade que permita e legitime a liberdade individual, de expressão e com direitos iguais, assim como suas condições de acesso, sem preconceitos, violências e/ou discriminações. O fato de se tratar de futuros/as professores/as nos faz refletir sobre esses dados com uma preocupação ainda maior, pois se espera de educadores/as o hábito de exercerem um pensamento crítico, capaz de questionar esses padrões já preestabelecidos (preconceitos).

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016. 279 p.
- CAPONI, S. Biopolítica e medicalização dos anormais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 529-549, 2009.
- COHEN, J. J. A cultura dos monstros: sete teses. In: DONALD, J.; HUNTER, I.; COHEN, J. J.; GIL, J. **Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. 199 p.
- COURTINE, J. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.; VIGARELLO, G. (Org.). **História do corpo: as mutações do olhar: o século XX**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- DANNER, F. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos**, n. 4, 2017.
- DINIS, N. F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 29, n. 103, p. 477-492, 2008.
- FURLANI, J. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em revista**, v. 46, p. 269-285, 2007.
- GOELLNER, S. V.; GUIMARÃES, A. R.; MACEDO, C. G. Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais: reflexões a partir de uma experiência em sala de aula. In: SILVA, F. F.; MELLO, E. M. B. (Orgs.). **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação**. Uruguaiana, RS: UNIPAMPA, 2011. p. 13-27 Disponível em: <http://portais.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2013/07/Corpos-2011.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 1988. 158 p.
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2013. 92 p.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2. ed. Rio de

Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2001. 369 p.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, v. 28, p. 101-128, 2007.

MAZUI, Guilherme. Se não puder ter filtro, nós extinguiremos a Ancine', diz Bolsonaro. **G1**, 19/07/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/se-nao-puder-ter-filtro-nos-extinguiremos-a-ancine-diz-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2019.

NATIVIDADE, M. T. Homofobia religiosa e direitos LGBT: Notas de pesquisa. **Latitude**, v. 7, n. 1, 2013.

OHLWEILER, M. I.; BORGES, Z. N. Diversidade sexual na escola: um tema em confronto com o silêncio. **Childhood & Philosophy**, v. 7, n. 14, p. 319-339, 2011.

OLIVEIRA, J. A. Recepção da homoafetividade na teledramaturgia brasileira: consumo, representação e identidade homossexual. In: **Anais do XIV Congresso Internacional de Comunicação Ibercom**. São Paulo: ECA-USP, 2015.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 9-26, 2017.

ROHDEN, F. Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 157-174, 2009.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEFFNER, F. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, março, 2013.

SEFFNER, F. Sexualidade: isso é mesmo matéria escolar? **Teoria e Prática da Educação**, v. 17, n. 2, p. 67-81, 2014.

SILVA, J. M. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geo Uerj**, v. 1, n. 18, p. 3-19, 2008.

SOUZA, N. F.; CABRAL, N. D. A. Fragmentos, imagens e ideologias da sexualidade gay: uma história da homossexualidade no ocidente cristianizado. **IV Colóquio de história** – Recife, PE: UNICAP, 2010. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.329.pdf>. Acesso em: 8 set. 2019.

TESTOLIN, M. J.; NUNES, M. F.; SANFELICE, G. R. Homotransfobia: Um horror que não choca a sociedade brasileira. **Gênero & Direito**, Paraíba, v. 8, n. 1, 2019.

WEINBERG, George H. **Society and the healthy homosexual**. Macmillan, 1972.

Recebido em 28 de julho de 2021.

Aceito em 13 de julho de 2022.